

BANCO SEMEAR S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2024**

BANCO SEMEAR S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2024, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal (EP), por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

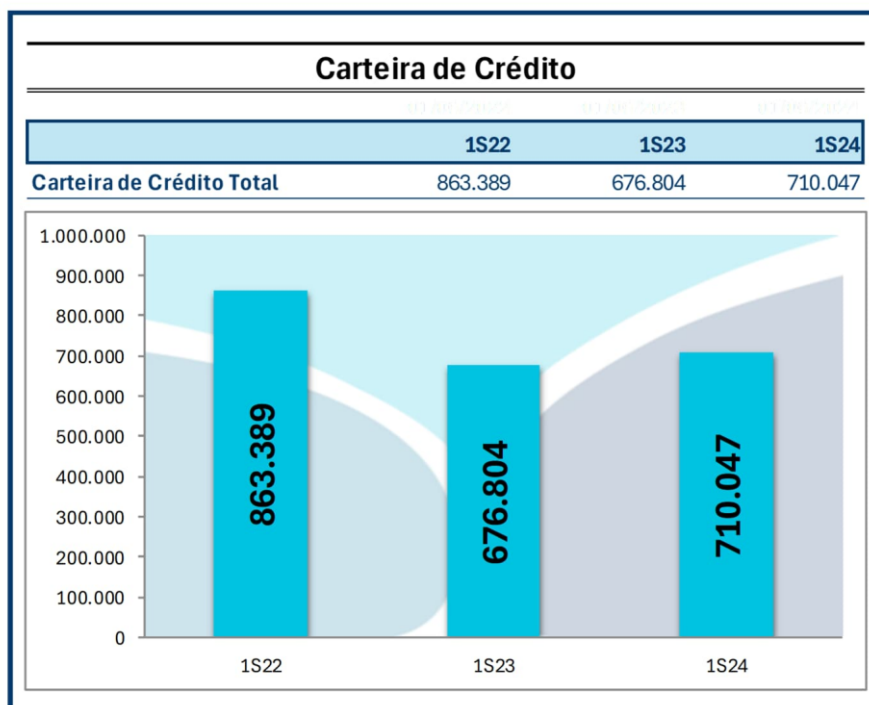
No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua majoritariamente com empresas de médio e pequeno porte em financiamentos de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Banco oferece, também, o Negócio Câmbio atuando junto a empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

O primeiro semestre de 2024 foi marcado por grandes desafios, com a necessidade de adaptação frente à deterioração do crédito para o nosso perfil de cliente. Diante desse cenário, tivemos que revisar a nossa modelagem de crédito e estratégia de concessão, priorizando a recuperação de ativos e a busca por um perfil mais qualificado para uso do crédito. Paralelamente, buscamos a ampliação de novos negócios para diversificação do portfólio de clientes, buscando gerar receitas que não estejam diretamente ligadas ao crédito. Nesse contexto, também expandimos a carteira do Negócio Empresa, aproveitando a crescente demanda do segmento atendido.

Desempenho Operacional

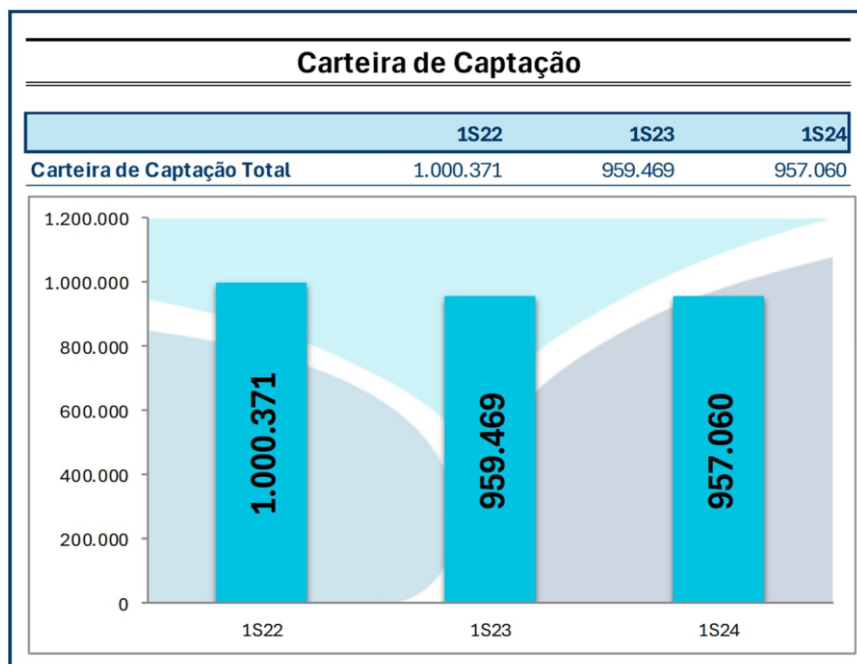
Carteira de crédito:

A carteira de crédito Pessoa Física representa 23,6% da carteira total, e a carteira varejo 20,1%, sendo que o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) representa 14,6% e o Empréstimo Pessoal (EP) 5,5%. A carteira de crédito Pessoa Jurídica representa 76,4% do total e é composta por Capital de Giro e Antecipação de Recebíveis, sendo o primeiro o principal produto da carteira, representando 69,4%. A carteira imobiliária fechou o ano representando 3,0% da carteira de crédito total do banco.



Captações

Nas captações, o Banco teve uma pequena redução em relação ao ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$ 957,1 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.



Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado Líquido

O Banco Semear fechou o primeiro semestre do ano de 2024 apresentando um resultado contábil negativo no montante de R\$ 6,7 milhões.

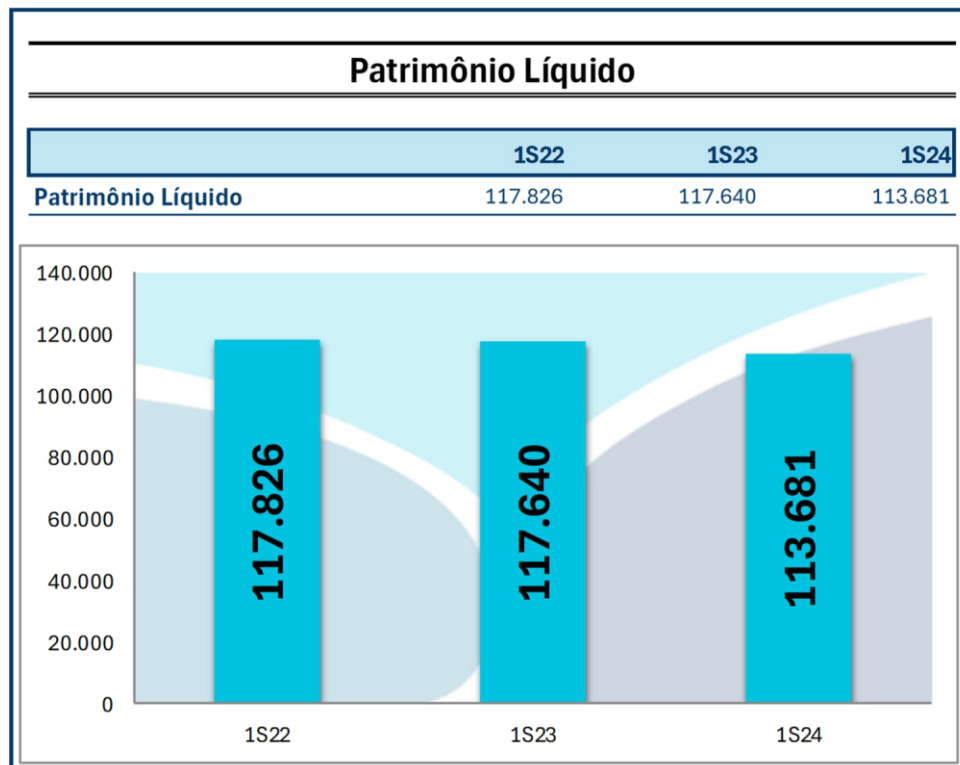
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 11,4% a.a. negativo.

Desempenho Patrimonial

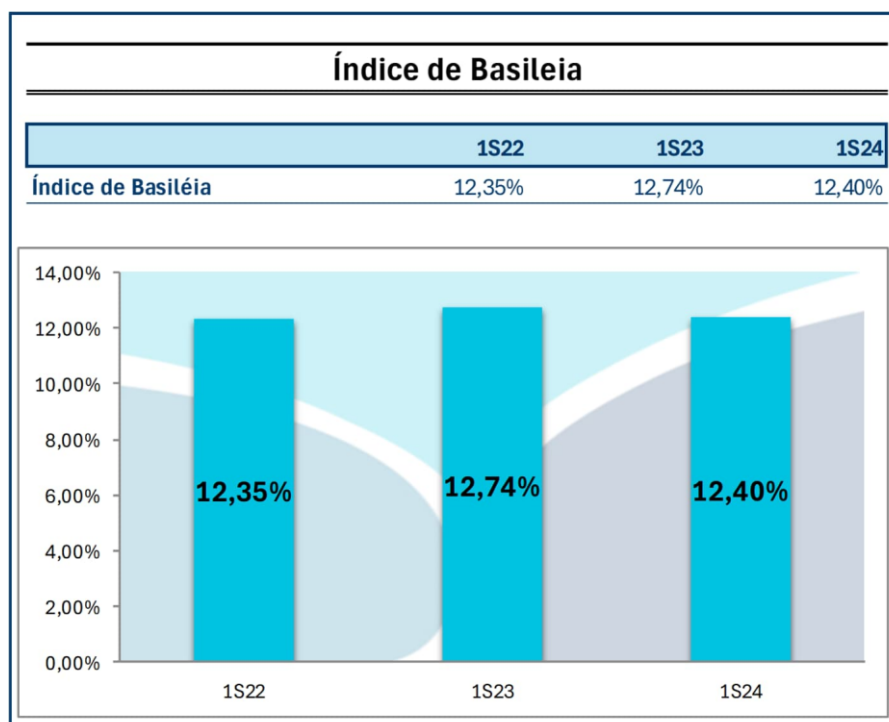
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o primeiro semestre de 2024 em R\$ 113,7 milhões, contra um montante de R\$117,6 milhões no mesmo semestre do ano anterior.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do primeiro semestre de 2024 foi de 12,4%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle que assegura a adequação do capital em relação aos limites operacionais vigentes e aos riscos aos quais a instituição está exposta, levando em consideração as metas de crescimento e os planos de ação necessários para viabilizar o cumprimento do planejamento estratégico. Essa gestão é conduzida de forma independente das unidades de negócios, com políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração e diretrizes executadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimentos

Apesar do cenário de mercado caracterizado por alta inadimplência e incerteza econômica, o Banco obteve resultados econômicos significativos, incluindo a redução das despesas com PCLD. Essa gestão reflete um compromisso contínuo com a busca de novas soluções em benefício de nossos clientes, na mitigação de riscos e na diversificação de nossas atividades comerciais. Assim, enxergamos uma perspectiva promissora para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Semear S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Semear S.A. (“Banco”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Semear S.A.** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício e período anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, foram examinados e auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 27 de março de 2024 e 29 de agosto de 2023, respectivamente, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2024.



BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Findo em 30 de junho 2024 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		838.317	927.068
Caixa e equivalentes de caixa	3	118.487	182.319
Instrumentos financeiros		716.955	688.186
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	5.010	54.461
Títulos e valores mobiliários	5	132.471	124.836
Relações interfinanceiras	6	2.690	451
Pagamento e recebimentos a liquidar		1.333	-
Depósitos no Banco Central		1.319	435
Correspondentes		38	16
Carteiras de crédito	7	563.605	462.578
Operação de crédito		547.730	469.006
Outros créditos com característica de concessão de créditos		58.561	47.879
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(42.686)	(54.307)
Outros ativos financeiros	8	13.179	45.860
Rendas a receber		38	135
Diversos		13.743	46.271
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(602)	(546)
Outros ativos	10	2.875	56.563
Outros valores e bens		1.270	937
Despesas antecipadas		1.605	55.626
Não circulante		286.709	212.426
Instrumentos financeiros		133.832	118.221
Carteiras de crédito	7	100.566	94.290
Operação de crédito		87.186	83.876
Outros créditos com característica de concessão de créditos		16.570	13.779
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(3.190)	(3.365)
Outros ativos financeiros	8	33.266	23.931
Diversos		36.225	26.890
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.959)	(2.959)
Créditos tributários	9	97.047	91.418
Investimentos	11	1.824	1.828
Imobilizado de uso	12	383	504
Outras imobilizações de uso		2.357	2.357
(-) Depreciação acumulada		(1.974)	(1.853)
Intangível	13	236	301
Ativos intangíveis		3.165	3.165
(-) Amortização acumulada		(2.929)	(2.864)
Outros ativos	10	53.387	154
Outros valores e bens		49.407	49.148
(-) Provisão para desvalorizações		(671)	(696)
Despesas antecipadas		4.651	(48.298)
Total do ativo		1.125.026	1.139.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


BALANÇOS PATRIMONIAIS
Findo em 30 de junho 2024 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	30/06/2024	31/12/2023
	explicativas		
Circulante		302.349	240.865
Passivos financeiros		302.349	240.865
Depósitos	14	278.449	206.540
Depósitos à vista		44.311	46.333
Depósitos a prazo		234.138	160.207
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	2.863	8.005
Relações interfinanceiras		23	1
Outros passivos financeiros	17	21.014	26.319
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		952	617
Obrigações Sociais e Estatutárias		51	-
Fiscais e previdenciárias		1.180	1.634
Carteira de Câmbio		12	-
Diversas		18.819	24.068
Não circulante		708.996	778.261
Passivos financeiros		682.007	752.155
Depósitos	14	669.103	740.507
Depósitos a prazo		669.103	740.507
Recursos de aceite e emissão de títulos	15	2.574	3.435
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	16	4.072	4.066
Outros passivos financeiros	17	6.258	4.147
Fiscais e previdenciárias		151	81
Diversas		6.107	4.066
Provisões	18	26.989	26.106
Patrimônio líquido	19	113.681	120.368
Capital social		113.068	113.068
De domiciliados no país		113.068	113.068
Reserva legal		3.858	3.858
Reserva de retenção de lucros		-	3.442
Prejuízos acumulados		(3.245)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.125.026	1.139.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco Semear S.A.

Demonstrações de resultados

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
	explicativas		
Receitas de intermediação financeira		103.705	134.625
Operações de crédito	7g	80.519	105.139
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7g	6.625	7.513
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	4a	9.253	13.781
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	6.633	7.576
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	5c	30	360
Resultado com operações de câmbio		645	256
Despesas de intermediação financeira		(56.139)	(68.006)
Operações de captação no mercado	15	(56.139)	(68.006)
Resultado bruto da intermediação financeira		47.566	66.619
Resultado de provisões para perdas		(18.330)	(41.535)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7c	(18.330)	(41.535)
Outras receitas (despesas) operacionais		(41.626)	(24.410)
Receitas de prestação de serviços	20	1.128	1.057
Rendas de tarifas bancárias	20	1.979	2.357
Despesas de pessoal	21	(7.041)	(8.259)
Outras despesas administrativas	22	(27.421)	(29.805)
Despesas tributárias	23	(3.763)	(6.196)
Resultado de participações em coligadas		(4)	(1)
Outras receitas operacionais	24	9.384	23.280
Outras despesas operacionais	25	(15.888)	(6.843)
Resultado operacional		(12.390)	674
Resultado não operacional		51	(49)
Outras receitas		120	277
Outras despesas		(69)	(326)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		(12.339)	625
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		5.652	(2.343)
Imposto de renda	26	93	5.457
Contribuição social	26	-	4.346
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	9	5.559	(12.146)
Resultado dos semestres		(6.687)	(1.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco Semear S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Semestres findos em	
	30/06/2024	30/06/2023
Resultado do semestres	(6.687)	(1.718)
Outros resultados abrangentes do semestres	-	-
Total do resultado abrangente do semestres	(6.687)	(1.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Semear S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucro		Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
	Capital social- Subscrito	Aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.236	832	3.808	2.482	-	119.358
Integralização do capital	832	(832)	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	(1.718)	(1.718)
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	(1.718)	1.718	-
Saldos em junho de 2023	113.068	-	3.808	764	1.718	117.640
Mutações do período	832	(832)	-	(1.718)	-	(1.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	113.068	-	3.858	3.442	-	120.368
Resultado do semestre	-	-	-	-	(6.687)	(6.687)
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	(3.442)	3.442	-
Saldos em junho de 2024	113.068	-	3.858	(3.442)	(3.245)	113.681
Mutações do período	-	-	-	(3.442)	(3.245)	(6.687)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco Semear S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto) dos semestres findos

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Resultados dos períodos	(6.687)	(1.718)
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Ajuste em investimento de coligada e controlada	4	1
Depreciação	121	141
Amortização	65	89
Resultado na baixa ativo imobilizado	-	(19)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	16.766	40.799
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessão)	1.564	736
Impostos e contribuições s/ ativos diferidos	(5.629)	12.173
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	(78)	117
Provisões diversas	-	(2.276)
Provisão para pagamentos a efetuar	(784)	(688)
Provisão para passivos contingentes	327	733
Provisão para impostos e contribuições s/passivos diferidos	70	6
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(93)	(9.803)
	12.333	42.009
Resultados dos períodos ajustados	5.646	40.291
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	49.451	(135.521)
Títulos e valores mobiliários	(7.635)	7.375
Operações de crédito	(111.673)	4.827
Outros créditos com característica de concessão de créditos	(13.960)	7.720
Outros ativos financeiros	23.346	(8.606)
Outros ativos	533	3.697
Crédito tributário	-	116
Relações interfinanceiras e interdependências	(2.239)	64.078
	(62.177)	(56.314)
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	505	(68.252)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(6.003)	2.081
Inst.de dívida elegível a capital	5	2
Relações interfinanceiras	22	259
Passivos contingentes	556	(2.789)
Outras obrigações	(2.386)	14.511
	(7.301)	(54.188)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais	(63.832)	(70.211)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajustes no Investimento		(263)
Aquisição no imobilizado de uso	-	(25)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento		(288)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(63.832)	(70.499)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	182.319	98.463
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	118.487	27.964
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(63.832)	(70.499)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2024

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto operacional

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais de eletrodomésticos e insumos agropecuários.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação de recebíveis.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

Com base no planejamento da instituição, o Banco espera um crescimento nas operações de créditos mais rentáveis nos próximos períodos, alinhado às expectativas do cenário macroeconômico de melhoria do crédito, redução da taxa de juros e diminuição da inadimplência, o que afetará positivamente nossos clientes.

Desde 2023 o Banco vem reforçando e aumentando os negócios com empresas, aproveitando as oportunidades já implementadas. Essas operações são de baixo risco, com garantias reais, respaldadas pelo histórico do banco. Essa estratégia resulta em um desempenho mais equilibrado e na redução da concentração no setor de varejo, o qual tem enfrentado aumento da inadimplência.

Dentre essas oportunidades tivemos as implantações de produtos e serviços como PaaS (Payment as a Service) e BaaS (Banking as a Service) no período, que representa uma evolução significativa na estratégia do Banco Semear S.A. Essas iniciativas não apenas diversificam a fonte de receitas, mas também acompanham as demandas do mercado e oferecem soluções inovadoras aos clientes.

Simultaneamente, o Banco tem se dedicado a revisar seus custos e adaptar sua estrutura à conjuntura atual.

Diante dessas iniciativas, antevemos resultados positivos e sustentáveis para os próximos períodos.

1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo Intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo Imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- **Resolução nº 3.959/2019** - Resultado por Ação – (CPC 41) aplicável as instituições financeiras enquadradas nos segmentos 1 (S1), no segmento 2 (S2) ou no segmento 3 (S3).
- **Resolução nº 4.748/2019** - Mensuração do Valor Justo – (CPC 46).
- **Resolução nº 4.877/2020** - Benefícios a Empregados – (CPC 33 R1)
- **Resolução nº 120/2021** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa de Retificação de Erro – (CPC 23)
- **Resolução CMN nº 4.967/2021** - Propriedade para Investimento – (CPC 28)



**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a aplicação destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4910/2021 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Semear. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma está em vigência desde 1º de janeiro de 2023. A Administração não observou impactos relevantes na implementação desta Instrução Normativa.

Promulgada em 16 de novembro 2022 a Lei nº 14.467, conversão na íntegra da MP nº 1.128/22, que estabelece novas regras de dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, onde destacamos as regras: i) aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias); e ii) as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025.

b. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. *Uso de estimativas e julgamentos*

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 9** - Reconhecimento de créditos tributários diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 18** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de agosto de 2024.

2 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento. (veja Nota Explicativa nº 5).
- ii. **Títulos disponíveis para venda** – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado,

ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- iii. **Títulos mantidos até o vencimento** – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Operações de crédito, provisão para perdas com operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também, são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 10).

Os ativos não financeiros mantidos para venda que foram recebidos em dação de pagamento devem ser avaliados pelo menor valor entre:

- a) o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução; e
- b) o valor justo do bem, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

h. Investimentos

As aquisições de participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo custo de aquisição, desdobrado em:

a) valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos da investida na data-base da operação, calculado com base na proporção da participação adquirida no capital da investida sobre o valor do patrimônio líquido da investida ajustado naquela data; e

b) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), se houver.

Os investimentos em empresas coligadas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos pela marcação a mercados.

i. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

j. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, reconhecido pelo seu custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear, observando a taxa anual de 20%.

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros estão representados principalmente pelos depósitos e captações no mercado aberto, são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 14).

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante, conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados

como: **(a)** prováveis, para os quais são constituídas provisões; **(b)** possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e **(c)** remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.

- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa semelhantes e usuais, em geral, processos que envolvem relação de consumo com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, calculando-se o *ticket* médio, refletido o resultado na carteira atual. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o *ticket* médio e os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento, presumindo-se uma estimativa confiável.

- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco por ex-funcionários do próprio Banco, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados, para fins de contingenciamento, apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco, provável sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.
- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorre de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 18).

m. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

n. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

o. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

p. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades		
Em moeda nacional	93	24.879
Em moeda estrangeira	3.063	1.162
Subtotal da disponibilidade	<u>3.156</u>	<u>26.041</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	-	50.014
Depósitos voluntários (Nota 6)	<u>115.331</u>	<u>106.264</u>
Total	<u>118.487</u>	<u>182.319</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

4 A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é como segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	5.010	54.461
Total	<u>5.010</u>	<u>54.461</u>
Circulante	<u>5.010</u>	<u>54.461</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez, são referentes a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento. No caso do Banco, são referentes a aplicações de operações compromissadas, grupo de conta 1.2 do COSIF, que são revendidas no dia seguinte.

a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Posição bancada	5.579	3.149
Depósitos Interfinanceiros	1.865	6.479
Depósitos voluntários	1.809	4.153
Total	<u>9.253</u>	<u>13.781</u>

5 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a. Composição

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Carteira própria - Livres	<u>126.454</u>	<u>119.126</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	126.454	119.126
Vinculados à prestação de garantias	<u>6.017</u>	<u>5.710</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.017	5.710
Total	<u>132.471</u>	<u>124.836</u>
Circulante	132.471	124.836

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b. *Classificação por tipo de títulos e vencimentos*

Títulos para negociação (1)	30/06/2024				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	132.471	-	-	132.471	125.939
Total	132.471	-	-	132.471	125.939

Títulos para negociação (1)	31/12/2023				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.966	94.870	-	124.836	125.939
Total	29.966	94.870	-	124.836	125.939

c. *Resultado com títulos e valores mobiliários*

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado de títulos de renda fixa	6.633	7.576
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30	360
Total	6.663	7.936

Durante o período o Banco efetuou operações de Hedge, para proteção de variação cambial, que geraram lucro no 1º semestre de 2024 no valor de R\$30 (R\$1 em 2023).

6 **Relações interfinanceiras**

	30/06/2024	31/12/2023
Pagamento e recebimentos a liquidar	1.333	-
Depósitos no Banco Central	1.319	435
Correspondentes	38	16
	2.690	451
Depósitos voluntários	115.331	106.264
Carteira própria - Livres	118.021	106.715

7 Operações de Crédito

As operações de crédito são concentradas em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, são classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	30/06/2024		31/012/2023	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de giro	488.393	69,0%	349.023	56,7%
Adiant. a depositantes	18		14	
Conta garantida	4.102	0,6%	952	0,2%
Crédito pessoal	42.109	5,9%	51.804	8,4%
Cheque especial	385	0,1%	159	
Financiamento imobiliário	253		-	
Crédito direto ao consumidor	99.656	14,0%	150.930	24,6%
Total de operações de crédito	634.916		552.882	
Circulante	547.730		469.006	
Não Circulante	87.186		83.876	
Devedores por compra de valores e bens	15.353	2,2%	16.638	2,7%
Fiança honrada	1.388		-	
Aquisição de crédito - recebíveis de financiamento imobiliário	5.760	0,8%	7.794	1,3%
Aquisição de crédito - recebíveis outros	52.630	7,4%	37.226	6,1%
Total de operações de crédito e outros créditos com carac. de concessão de crédito. (nota 9)	75.131		61.658	
Circulante	58.561		47.879	
Não Circulante	16.570		13.779	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	710.047	100,0%	614.540	100,0%
Circulante	606.291		516.885	
Não Circulante	103.756		97.655	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.206)		(52.710)	
Circulante	(40.027)		(52.389)	
Não Circulante	(2.179)		(321)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	(3.670)		(4.962)	
Circulante	(2.659)		(1.918)	
Não Circulante	(1.011)		(3.044)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(45.876)		(57.672)	
Circulante	(42.686)		(54.307)	
Não Circulante	(3.190)		(3.365)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	664.171		556.868	
Circulante	563.605		462.578	
Não Circulante	100.566		94.290	

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

b. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	30/06/2024		31/012/2023	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		1.490	-	2.624	-
A	0,5%	391.802	(1.996)	352.448	(1.762)
B	1,0%	189.445	(1.821)	133.460	(1.335)
C	3,0%	65.672	(1.970)	48.417	(1.452)
D	10,0%	17.115	(1.712)	15.855	(1.585)
E	30,0%	5.127	(1.538)	8.274	(2.482)
F	50,0%	3.712	(1.856)	6.262	(3.307)
G	70,0%	2.338	(1.637)	4.837	(3.386)
H	100,0%	33.347	(33.347)	42.363	(42.363)
Totais		710.047	(45.876)	614.540	(57.672)
Circulante		606.291	(42.686)	516.885	(54.307)
Não Circulante		103.756	(3.190)	97.655	(3.365)
Total		710.047	(45.876)	614.540	(57.672)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	57.672	113.091
Constituição - operação de créditos	21.609	185.947
Reversão - operação de créditos	(3.279)	(113.091)
Subtotal - registrado como despesa	18.330	72.856
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(30.126)	(128.275)
Saldo no final	45.876	57.672

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d. *Carteira por atividade econômica*

Atividade econômica	30/06/2024		31/012/2023	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros			7.642	1,2%
Indústria	53.219	7,5%	47.068	7,7%
Comércio	50.807	7,2%	55.540	9,0%
Serviços	438.859	61,8%	278.978	45,4%
Pessoa física	167.162	23,5%	225.312	36,7%
Totais	710.047	100,0%	614.540	100,0%

e. *Carteira por faixa de vencimento*

Prazos de vencimento	30/06/2024		31/012/2023	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	47.012	6,1%	58.352	9,5%
A vencer até 30 dias	148.927	21,0%	126.308	20,6%
A vencer de 31 a 60 dias	122.162	17,2%	108.829	17,7%
A vencer de 61 a 90 dias	60.725	8,6%	43.006	7,0%
A vencer de 91 a 180 dias	101.306	14,3%	84.584	13,8%
A vencer de 181 a 360 dias	126.159	18,2%	90.089	14,7%
A vencer após 360 dias	103.756	14,6%	103.072	32,4%
Totais	710.047	100,0%	614.540	100,0%

f. *Concentração da carteira*

	30/06/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a Carteira	Valor	% sobre a Carteira
10 maiores devedores	139.126	19,6%	123.642	20,1%
20 maiores devedores seguintes	156.219	22,0%	132.564	21,6%
50 maiores devedores seguintes	177.905	25,1%	120.453	19,6%
100 maiores devedores seguintes	75.090	10,6%	30.666	5,0%
outros	161.707	22,7%	207.215	33,7%
Total	710.047	100,0%	614.540	100,0%

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

g. *Resultado com operações de crédito*

(i) Operações de créditos

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas de empréstimos	57.391	56.573
Rendas de financiamentos	36.678	84.127
Rendas de financiamentos habitacionais	17	-
Rendas financ. devedores por compra de vrs e bens	1.122	1.517
Recuperação de créditos	6.531	3.814
Renda bruta de operações crédito	<u>101.739</u>	<u>146.031</u>
(-) Comissões sobre operações de crédito	(21.220)	(40.892)
Total	<u>80.519</u>	<u>105.139</u>

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	559	518
Rendas de aq. crédito - Recebíveis Outros	5.575	5.930
Rendas de fiança honrada	1	-
Recuperação de créditos	490	1.065
Total	<u>6.625</u>	<u>7.513</u>

h. *Outras informações de operações de crédito*

Em 2024, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$4.067 (R\$31.610 em 2023), com saldo de provisão de R\$1.985 (R\$7.291 em dezembro de 2023) e saldos recuperados de R\$7.022 (R\$14.453 em 2023).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

8 Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	30/06/2024	31/12/2023
Devedores por depósito em garantia	<u>24.846</u>	<u>24.060</u>
Recursos fiscais	21.855	21.213
Recursos ações cíveis	1.841	1.697
Recursos trabalhistas	1.150	1.150
Impostos e contribuições a compensar	<u>9.301</u>	<u>13.334</u>
IRPJ	8.473	8.042
CSLL	381	4.946
Impostos e contribuições retidos	447	346
Devedores diversos - País	<u>15.268</u>	<u>35.490</u>
Baixas operações de créditos a processar	2.710	23.369
Baixas de confissão de dívidas	967	967
Pendência - Imóveis com documentação em trânsito	174	174
Ressarcimentos tarifa cadastro de cliente aos Lojistas	4.842	5.928
Acordos operacionais	6.376	4.843
Outros devedores diversos	199	209
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.561)	(3.505)
Rendas a receber	38	135
Diversos	553	277
Total	<u>46.445</u>	<u>69.791</u>
Circulante	16.138	45.860
Não circulante	<u>30.307</u>	<u>23.931</u>

9 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a base temporária é constituída por provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhista sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco, com assessoria de uma consultoria externa e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

	30/06/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas em ativos	43.872	35.097	42.530	34.024
Provisões passivas	4.417	3.533	4.665	3.732
Outras diferenças temporárias	455	364	459	367
Total de diferenças temporárias	48.744	38.994	47.654	38.123
Prejuízo fiscal e base negativa	4.259	5.051	2.221	3.420
Total	53.003	44.045	49.875	41.543
Total do Crédito tributário	97.048		91.418	
Movimentação do crédito tributário:	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo inicial	49.875	41.543	58.815	47.052
Constituição de diferenças temporárias	5.941	4.753	47.941	38.353
Realização de diferenças temporárias	(4.852)	(3.881)	(57.197)	(45.758)
Varição líquida na movimentação das diferenças temporárias	1.089	871	(9.256)	(7.405)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	2.617	2.094	604	2.007
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	(579)	(463)	(288)	(111)
Varição líquida na movimentação do Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSSL	2.038	1.631	316	1.896
Saldo Final	53.002	44.045	49.875	41.543
Subtotal da variação do crédito tributário:	5.629		(14.449)	
Compensação prejuízo fiscal com processo.			150	
Total da variação do crédito tributário:	5.629		(14.299)	

Além da movimentação do crédito tributário, apresentamos a movimentação do passivo diferido:

	30/06/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base impostos e contribuições diferidas	(336)	(336)	(299)	(323)
Ajuste à base de cálculo				
Imposto de renda e contribuições diferidas	(84)	(67)	(74)	(64)
Total da variação do passivo diferido:	(70)		(138)	
Resultado de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	(5.559)		14.161	

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, demonstramos a expectativa de realização do crédito tributário para os próximos anos:

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 1,61% a.m., demonstrado no quadro abaixo:

Realização do crédito tributário	30/06/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	2.480	1.984	7.231	5.785
2º Ano	11.971	9.577	2.675	2.140
3º Ano	12.083	9.666	7.362	5.889
4º Ano	11.078	8.863	9.227	7.382
5º Ano	9.098	8.922	9.503	7.603
Acima de 5 anos	6.293	5.034	13.877	12.745
Totais	53.003	44.045	49.875	41.543

Realização do crédito tributário	30/06/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	1.756	1.405	5.151	4.121
2º Ano	7.744	6.195	1.756	1.405
3º Ano	7.171	5.736	4.455	3.564
4º Ano	6.786	5.429	5.789	4.632
5º Ano	5.935	5.820	6.350	5.080
Acima de 5 anos	3.426	2.740	7.739	7.108
Totais	32.817	27.326	31.240	25.908

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	31/12/2024	31/12/2023
Outros valores e bens	50.006	49.389
Material em estoque	-	47
Ativos não financeiros mantidos para venda-recebido	50.006	49.342
Outros imóveis (a)	50.677	50.038
Prov. para desval. de ativos não financeiros	(671)	(696)
Despesas antecipadas	6.256	7.328
Serviços de terceiros	811	584
Comissões pela captação de títulos	264	264
Comissão por intermediação de CDB	5.181	6.480
Total	56.262	56.717
Circulante	2.875	2.102
Não circulante	53.387	54.615

(a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

11 Investimentos

Investimento	Quantidade ações	Saldo participação em 30/06/2024	Saldo participação em 31/12/2023
Participação em coligada	1.149	1.045	1.049
Outros investimentos	16	779	779
Total	1.165	1.824	1.828

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Investimentos em coligada

30/06/2024						
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial (a)
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.258	252	793	(4)

31/12/2023						
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.279	256	793	(5)

(a) Banco recebeu dividendos sobre ações da Nuclea no total de R\$39 (64 em 2023) (nota 12 b).

Em 25 de fevereiro de 2.022 o Banco adquiriu participação de 20% do capital social da startup Pag Dividido integralizando o valor de R\$1.000 do capital da investida.

1) Movimentação dos investimentos - coligadas

	Saldo em 31/12/2023	Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Custo de aquisição	Ágio	Saldo em 30/06/2024
Investimento em coligada	256	(4)	-	-	252
Ágio baseado em expectativa rentabilidade futura	793			793	793
	1.049	(4)	-	793	1.045

b) Outros investimentos

	Saldo em 31/12/2023	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Baixa	Saldo em 30/06/2024
CIP S/A	779	16	-	-	-	779

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12 Imobilizado

	30/06/2024				
Imobilizado de uso	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	94	-	(7)	-	87
Equipamento de processamento de dados	368	-	(103)	-	265
Equipamento de comunicação e segurança	5	-	-	-	5
Outros equipamentos	37	-	(11)	-	26
	504	-	(121)	-	383

	31/12/2023				
Imobilizado de uso	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	Residual
Mobiliário	109	-	(15)	-	94
Equipamento de processamento de dados	580	31	(233)	(10)	368
Equipamento de comunicação e segurança	6	-	-	(1)	5
Outros equipamentos	48	13	(23)	(1)	37
	743	44	(271)	(12)	504

13 Intangível

	30/06/2024				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	301	-	-	(65)	236

	31/12/2023				
	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	Residual
Sistemas de processamentos de dados	456	-	-	(155)	301

14 Depósitos

	30/06/2024				31/12/2023	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	44.311	-	-	-	44.311	46.333
Depósitos a prazo (i)	-	46.865	187.273	669.103	903.241	900.714
Total	44.311	46.865	187.273	669.103	947.552	947.047
Circulante					278.449	206.540
Não circulante					669.103	740.507

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Em 2023, os dois maiores clientes, representam 37,35% e 34,51% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no banco para seus clientes, que, substancialmente, estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 70,61% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (78,19% em 2023), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

Despesas com operações de captações no mercado

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de depósitos a prazo	(52.871)	(64.505)
Despesas de comissão pela captação	(1.567)	(1.763)
Despesas de operações compromissadas	-	(15)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(440)	(499)
Despesas de letras de financeiras	(299)	(298)
Despesas de contribuição ao FGC	(962)	(926)
Despesas de captação	<u>(56.139)</u>	<u>(68.006)</u>

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

	<u>30/06/2024</u>				<u>31/12/2023</u>
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	<u>1.718</u>	<u>1.145</u>	<u>2.574</u>	<u>5.437</u>	<u>11.440</u>
Total	<u>1.718</u>	<u>1.145</u>	<u>2.574</u>	<u>5.437</u>	<u>11.440</u>
Circulante				2.863	8.005
Não circulante				2.574	3.435



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16 Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

	<u>30/06/2024</u>			<u>Total</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>		<u>Total</u>
Letras financeiras subordinadas	-	-	4.072	4.072	4.066
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.072</u>	<u>4.072</u>	<u>4.066</u>
Não circulante				4.072	4.066

Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

17 Outros passivos financeiros

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cobrança e arrecadação de tributos	952	617
Carteira de câmbio (a)	12	-
Obrigações sociais e estatutárias	51	51
Contribuições fiscais e previdenciárias	<u>1.331</u>	<u>1.715</u>
IRPJ/CSLL s/lucro base corrente	-	87
Impostos e contribuições a recolher	1.180	1.547
Provisão para impostos e contribuição diferidos	151	81
Obrigações por devolução de tarifas (b)	5.004	5.847
Negociação e intermediação de valores	81	-
Provisão despesas administrativas	<u>12.889</u>	<u>16.787</u>
Provisões p/ despesas.de pessoal	1.899	1.777
Provisões p/prestadores de serviços	531	929
Comissão Equalização produto CDC-E	10.459	14.081
Provisão para garantias prestadas (c)	27	1.416
Credores diversos - País	<u>6.925</u>	<u>4.033</u>
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	409	280
Contribuição ao FGC	331	264
Contratos opers de créditos s liberar	9	98
Serviços de Correspondentes	822	721
Fornecedores diversos	1.406	1.164
Pendências a Regularizar - Crédito Imobiliário	292	188
Créditos a baixar de opers de créditos	2.324	1.068
Diferença de compensação	1.250	-
Receitas antecipadas	24	64
Outros credores diversos	58	186
Total	<u>27.272</u>	<u>30.466</u>
Circulante	21.014	26.319
Não circulante	<u>6.258</u>	<u>4.147</u>

a) Obrigação a liquidar de câmbio vendido de R\$12 (R\$0 em 2023) e direito sobre venda de câmbio a receber R\$12 (R\$0 em 2022).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- b) Parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos, normatizado pelo Banco Central por meio Resolução 98 de 06 junho de 2021 e Instrução normativa 123 de 08 de julho de 2021. Dos créditos a devolver aos clientes, do montante de R\$5.004 (R\$5.847 em 2023), o valor de R\$4.842 serão ressarcidos pelos lojistas, estando registrados na nota explicativa 9.
- c) O Banco avaliou a carteira de garantias e avais prestadas, que no período monta R\$3.401 (R\$4.790 em 2023), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$27 (R\$1.416 em 2023), conforme mencionado na Resolução nº 4.512 de 28 de julho de 2016. No semestre o valor de 1.488 de fiança foi honrada.

18 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.627	4.454
Provisão para riscos cíveis (a)	1.217	1.064
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	21.145	20.588
Total	<u>26.989</u>	<u>26.106</u>

a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis. As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2023	1.150	1.697	2.847	4.454	1.064	5.518
Adições	-	144	144	205	450	655
Baixas	-	-	-	(32)	(297)	(329)
Saldo em 30/06/2024	<u>1.150</u>	<u>1.841</u>	<u>2.991</u>	<u>4.627</u>	<u>1.217</u>	<u>5.844</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2022	900	1.656	2.556	4.523	4.28	4.951
Adições	283	185	468	419	771	1.190
Baixas	(33)	(144)	(177)	(488)	(135)	(623)
Saldo em 31/12/2023	1.150	1.697	2.847	4.454	1.064	5.518

b) Provisões fiscais e previdenciárias

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para PIS (i)	17.748	17.276
Provisão para imposto de renda (ii)	1.543	1.504
Provisão para contribuição social (ii)	1.854	1.808
	21.145	20.588

(i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$17.748 (R\$17.276 em 2023), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 8 - Outros ativos financeiros.

(ii) A principal provisão, tanto para Imposto de Renda, quanto para Contribuição Social, nos valores de R\$1.504 e R\$1.808 (R\$1.410e R\$1.699 em 2022), respectivamente, são referentes ao Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). O restante dos valores, tanto para imposto de renda, quanto para Contribuição Social refere-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

No semestre, ocorreram adições em depósitos judiciais no valor de R\$715 (R\$622, em 2023), adição no valor de R\$84 (R\$1.775, em 2023).

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, fiscais e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$2.442 (R\$1.174 em 2023).

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$113.068 (R\$113.068 em 2023), representado por 138.364 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 25% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o

Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

d. Reserva de retenção de lucros

No período, a Administração do Banco optou em manter amortizar parte do prejuízo com saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros, atendendo assim o parágrafo 5º do art.36 do Estatuto Social.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

20 Rendas de prestação de serviços

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	386	924
Rendas de garantias prestadas	52	127
Outras receitas de prestação de serviços	690	6
Receitas de prestação de serviços:	<u>1.128</u>	<u>1.057</u>
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	329	905
Receitas de confecção de cadastro - PJ	1.573	1.406
Outras tarifas	77	46
Rendas de tarifas bancárias:	<u>1.979</u>	<u>2.357</u>

21 Despesas com pessoal

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Proventos + Honorários Diretoria	(4.330)	(5.082)
Encargos sociais	(1.456)	(1.838)
Benefícios	(1.255)	(1.339)
Despesas de pessoal:	<u>(7.041)</u>	<u>(8.259)</u>

22 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(5.781)	(5.949)
Despesas de processamento de dados	(15.249)	(16.225)
Despesas de localização e funcionamento	(542)	(545)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.827)	(2.850)
Despesas de marketing	(22)	(68)
Despesas de emolumentos judiciais	(597)	(806)
Despesas de serviços do SFN	(880)	(1.469)
Despesas de indenizações judiciais	(600)	(694)
Despesas com amortização	(65)	(89)
Despesas com depreciação	(121)	(141)
Demais despesas administrativas	(737)	(969)
Outras despesas administrativas	<u>(27.421)</u>	<u>(29.805)</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024**

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23 Despesas tributárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
COFINS	(2.795)	(4.957)
PIS	(454)	(806)
ISSQN	(161)	(184)
ITBI/IPTU	(184)	(160)
Outros tributos	(169)	(89)
Despesas tributárias	<u>(3.763)</u>	<u>(6.196)</u>

24 Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	808	940
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	32	96
Taxa de permanência no recebimento de créditos	2.439	4.275
Multas no recebimento de créditos em atraso	1.265	2.340
Recuperação de encargos e despesas	616	728
Variações monetárias ativas	1.274	5.713
Rendas de acordos operacionais	1	6.459
Rendas de ops. aquisição de recebíveis	23	45
Outras rendas operacionais	2.926	2.684
Outras receitas operacionais	<u>9.384</u>	<u>23.280</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25 Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesa com acordos imobiliários	(456)	(725)
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(2.025)	(4.068)
Variação monetária passiva	(488)	(690)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(68)	(86)
Provisões para pagamentos a efetuar	(24)	(252)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(206)	(350)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(450)	(479)
Desp_Oper_Reembolso de tarifas	(52)	(37)
Desp_ressarcimento a clientes	(12.119)	-
Outras despesas operacionais	-	(156)
Outras despesas operacionais	<u>(15.888)</u>	<u>(6.843)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	<u>30/06/2024</u>		<u>30/06/2023</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contrib.social	(12.337)	(12.337)	625	625
Adições (exclusões) líquidas:				
Provisões com operações de créditos de liquidação duvidosa	3.380	3.380	1.811	1.811
Provisões p/contingências trabalhistas, ações cíveis e fiscais	928	928	(1.404)	(1.404)
Demais provisões	49	49	(1.349)	(1.349)
Despesas indedutíveis	(173)	(173)	250	250
	<u>(8.153)</u>	<u>(8.153)</u>	<u>(67)</u>	<u>(67)</u>
Compensação	-	-	-	-
Base de cálculo tributável	<u>(8.153)</u>	<u>(8.153)</u>	<u>(67)</u>	<u>(67)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	-
Ajustes	(93)	-	5.457	4.346
Totais de variações dos impostos e contribuições	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>5.457</u>	<u>4.346</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	30/06/2024					
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Instrumento de dívida elegíveis a capital	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	2	230	109	677	(1.154)
Outras partes relacionadas (1)	4.922	903	19.253	1.390	3.395	(7.601)
Total	4.922	905	19.483	1.499	4.072	(8.755)

	31/12/2023					
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Instrumento de dívida elegíveis a capital	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	3	187	1.615	676	(521)
Outras partes relacionadas (1)	6.333	1.699	11.821	1.455	3.079	(18.647)
Total	6.333	1.702	12.008	3.070	3.755	(19.168)

- 1) As principais despesas referem-se a serviço de cobrança e apoio administrativo, as quais foram equivalentes a R\$7.652 (R\$19.168, em 2023).

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 105% do CDI e prazo máximo de vencimento em 30 de abril de 2029.

Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$5.560 (R\$7.748 em 2023) com provisão no total de R\$642 (R\$1.415 em 2023), referem-se ao saldo em 30 de junho de 2024 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 7.
- Depósitos à vista representados por R\$308 (R\$370 em 2023) de pessoa física e R\$597 (R\$1.332 em 2023) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$10.066 (R\$7.247 em 2023) de pessoas físicas e R\$9.417 (R\$4.761 em 2023) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$1.499 (R\$3.070 em 2023).
- Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Letras Financeiras subordinadas composto de R\$2.458 (R\$2.145 em 2023) de pessoas físicas e R\$ 1.614 (R\$1.610 em 2023) de empresas ligadas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

28 Resultado não recorrentes

A Administração entende que toda transação que gere receitas e despesas oriundas de suas atividades operacionais e não operacionais e que são recorrentes no seu dia a dia, bem como, as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultado recorrentes. Resultados não recorrentes, no entendimento da Administração, são aqueles atípicos, que fazendo ou não fazendo parte da operação não são comuns nas atividades da organização. O efeito dos resultados não recorrentes, em 30 de junho 2024, é como segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado dos semestres	(6.685)	1.010
Reembolso de tarifas	(1)	(4)
Ressarcimento a clientes (nota 25)	(12.119)	-
Resultado Recorrente	18.805	1.014

29 Gestão de risco e capital

O Banco tem enfatizado ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na condução de seus negócios, o que tem contribuído significativamente para a sua solidez no mercado financeiro e o aprimoramento das relações com acionistas e demais partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é uma parte essencial e intrínseca das atividades da Instituição, estando alinhado à sua estratégia e modelo de negócio. A adoção de uma gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona maior segurança e sustentabilidade para o crescimento dos negócios.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento das obrigações por parte da contraparte, bem como a desvalorização ou redução dos ganhos esperados em instrumentos financeiros, resultantes da deterioração da qualidade de crédito.

O Banco adota uma gestão cuidadosa do risco de crédito por meio da implementação de políticas específicas para cada segmento em que opera. Essas políticas estabelecem os critérios para aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as restrições e a revisão e aprovação de crédito, entre outros aspectos relevantes.

A fim de preservar a qualidade de sua carteira de crédito, o Banco considera cuidadosamente todos os aspectos relacionados ao processo de concessão de crédito, como concentração, exigência de garantias, prazos e outros.

b. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Instituição enfrentar dificuldades para cumprir eficientemente suas obrigações, tanto presentes como futuras, incluindo aquelas relacionadas a garantias vinculadas, sem comprometer suas operações diárias ou incorrer em perdas significativas. Além disso, o risco de liquidez também envolve a possibilidade da instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado.

A gestão do risco de liquidez da Instituição tem como objetivo controlar os diferentes descasamentos entre ativos e passivos, bem como assegurar a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras.

c. Risco de Mercado

O risco de mercado refere-se ao efeito de mudanças de preços dos ativos financeiros sobre as posições do Banco, onde as posições ativas e passivas não coincidem em termos de vencimento, moedas e indexadores.

Os fatores de risco no Banco Semear são taxas de juros e taxas de câmbio de cada moeda operada pelo Banco. Os testes de estresse considerando cenários otimistas e pessimistas são executados trimestralmente na carteira de banking para estimar o impacto de movimentos extremos nos preços e taxas de mercados.

A gestão do risco de mercado do Banco envolve testes de estresse para avaliar potenciais impactos de movimentos extremos nos preços e taxas de mercados.

d. Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas da instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é conduzido por meio de políticas, normas e procedimentos que garantem um controle compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é abordado de duas formas: qualitativa e quantitativa.

Abordagem Qualitativa:

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos realizados em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear.

Abordagem Quantitativa:

A abordagem quantitativa envolve o acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem dos incidentes, avalia o risco e os impactos em caso de reincidência, bem como a ocorrência ou não de perda financeira associada a esses eventos.

e. Risco Social, Ambiental e Climático:

O Risco Social, Ambiental e Climático refere-se aos potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco social, ambiental e climático na Instituição é conduzido por uma estrutura de governança que inclui políticas, normas e procedimentos. Essa estrutura tem como objetivo promover o tratamento adequado das

questões sociais, ambientais e climáticas, buscando minimizar os riscos e corrigir eventuais deficiências identificadas.

O processo de gerenciamento do risco social, ambiental e climático está em conformidade com a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em conta os princípios de relevância e proporcionalidade, considerando a complexidade dos produtos financeiros e o perfil das atividades da Instituição. Esses princípios são fundamentais para garantir que as ações adotadas pela Instituição estejam de acordo com o impacto real e potencial de suas atividades na sociedade e no meio ambiente.

f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

Conforme a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o gerenciamento de capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, incluindo a avaliação da necessidade de capital para lidar com os riscos aos quais a Instituição está exposta, o planejamento de metas e a estimativa das necessidades de capital, levando em consideração os objetivos estratégicos da Instituição.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024**

Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A fim de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as diversas áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles. Todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e implementando controles internos e planos de ação para minimizar riscos e corrigir eventuais deficiências identificadas.

O objetivo do gerenciamento de capital da Instituição é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Nesse contexto, o Banco visa: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador, de acordo com as normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital estejam em conformidade com a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital necessário para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (vi) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vii) tomar decisões oportunas sobre os limites de exposições aceitos.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

**Detalhamento das Margens de Requerimento
Relativamente ao RWA**

	30/06/2024	30/06/2023
Patrimônio de Referência (PR)	106.601	111.246
Patrimônio de Referência Nível I	103.343	107.185
Capital Principal – CP	103.343	107.185
Ativos Ponderados por Risco - RWA	859.847	872.933
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada – RWACPAD	742.528	769.428
RWA para Risco de Mercado – RWAMPAD	10.843	25.403
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	106.476	78.102
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	38.693	39.282
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	51.591	52.376
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	68.788	89.835
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	64.650	67.904
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	51.752	54.810
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	37.813	41.412
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	12,02%	12,28%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,02%	12,28%
Índice de Basileia (PR/RWA)	12,40%	12,74%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas no Pilar III – Circular 3.930 encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br.

g. Análise de Sensibilidade

g.1 Cenários de inadimplência e custo de captação

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Banco (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Banco: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e Custo Captação em 10%
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 35% e de PJ em 30% e Custo Captação em 20%
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 50% e de PJ em 45% e Custo Captação em 30%

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do semestre de 2024 são os seguintes:

Indicador	Orçamento	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa médio	261.562	261.455	261.373	261.314
Resultado	(1.866)	(2.063)	(2.211)	(2.359)
PL	118.501	118.304	118.155	118.007
Basileia	12,58%	12,54%	12,51%	12,48%

g.2 Sensibilidade de Risco de Mercado

O Banco Semear acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Em milhares de Reais		<i>jun/2024</i>		
<i>MtM em normalidade</i>	<i>72.448</i>			
<i>Choques por bases points</i>	<i>Cenário</i>	<i>MtM em Estresse</i>	<i>Delta</i>	
-400 bps	Gravíssimo	59.860	-	12.588
-300 bps	Grave	62.974	-	9.474
-200 bps	Moderado	66.119	-	6.329
-100 bps	Leve	69.282	-	3.166
+100 bps	Leve	75.608		3.160
+200 bps	Moderado	78.752		6.304
+300 bps	Grave	81.872		9.425
+400 bps	Gravíssimo	84.964		12.516

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

- CENÁRIO 1 – Leve: situação de deterioração e de elevação de 100 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 2 – Moderado: situação de deterioração e de elevação de 200 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 3 – Grave: situação de deterioração e de elevação de 300 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;

- CENÁRIO 4 – Gravíssimo: situação de deterioração e de elevação de 400 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

h. Gerenciamento de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) têm por objetivo estabelecer Planos de Continuidade de Negócios (PCN) com procedimentos e prazos estimados para gestão de crises e recuperação das atividades em caso de grandes impactos ou interrupção dos processos críticos de negócio, inclusive com as ações de comunicação necessárias, visando proteger as pessoas, reputação, imagem, valores e compromissos do Banco Semear com suas partes relacionadas.

Monitoramos os ambientes corporativos (negócios e serviços de TI) visando definir estratégias que assegurem respostas tempestivas aos eventos que possam causar uma interrupção das atividades, de modo a reduzir os impactos nos processos organizacionais. Tais práticas corroboram por garantir a resiliência em um ambiente institucional em constante mudança.

30 Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

b) Resolução CMN nº 4.966

Aprovada em 25/11/2021 a Resolução CMN nº 4.966, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação

e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Já em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

O Banco Semear preparou um plano formal, aprovado internamente pelo Conselho de Administração, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Conselho de Administração

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo
Vice-Presidente

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa
Conselheira

Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente



**Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2024
Em Reais (mil) - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Arthur Soares Campos
Diretor

Bruna Luisa Capellini Vilela
Diretora

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2